

Governo quer que responsabilidade sobre a dívida fique com o Tesouro

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo quer transferir do Banco Central (BC) para o Departamento do Tesouro Nacional (DTN) a responsabilidade pelo acompanhamento, contabilização e registro da dívida externa de médio e longo prazos do setor público, hoje avaliada em torno de US\$ 52 bilhões, e já colocou a intenção na mesa de negociações do comitê assessor de bancos credores.

O assunto será retomado nas discussões que recomeçam na próxima terça-feira, em Nova York, em torno do reescalonamento daquela dívida, sob a coordenação do negociador Pedro Malan. O governo está considerando o pleito apresentado na última rodada de conversas por alguns bancos que pretendem manter seus créditos sob a forma de empréstimos bancários, conforme foram originalmente concedidos ao País, desde que as condições de juros, amortização e vencimento sejam refeitas para se enquadrar no perfil dos bônus da securitização da dívida velha e desde que os credores aceitem a transferência da responsabilidade daquela dívida do BC para o DTN.

"Os bancos credores, de modo geral, entendem que a situação brasileira é atípica porque nenhum outro banco central no mundo carrega em seu passivo recursos registrados em moeda estrangeira, envolvendo dívida externa", avaliou ontem para este jornal o diretor-adjunto do DTN, Álvaro Manoel. Em tese, há uma concordância da parte dos credores de que o mais correto é o Tesouro Nacional assumir a responsabilidade direta pela administração daqueles compromissos, embora alguns bancos manifestem preocupação já que nos últimos oito anos, desde a crise externa brasileira, acostumaram-se a tratar diretamente com o BC.

O DTN, no entanto, já se está preparando para a nova tarefa de cuidar da dívida externa do setor público. O próprio Álvaro Manoel tem participado das negociações externas ao lado de Malan — o diretor-adjunto do Tesouro tem viagem marcada para Nova York na próxima segunda-

feira — e está incumbido de adaptar a estrutura do DTN, orientando na montagem da Coordenadoria Geral da Dívida Externa (Corex).

DIVISÕES

Aquela coordenadoria, conforme Álvaro Manoel explicou a este jornal, será sustentada por três divisões: a Diafi, que centralizará um cadastro com todos os dados sobre a dívida externa (quem deve, quanto deve, controle do vencimento e do pagamento ao exterior); a Dipex, divisão que ficará encarregada de efetuar os pagamentos aos credores externos nas datas previstas; e a Diade, que terá a responsabilidade de estudar a questão da dívida externa, avaliar a capacidade fiscal de pagamento e ajuda na negociação externa junto aos credores.

A transferência da dívida externa do BC para o DTN só poderá ser feita depois de concluída a renegociação da dívida externa com os bancos credores, mas Manoel adianta que o processo não é difícil. "Temos hoje no Banco Central um passivo representado pelo MYDFA (Multi-Year Deposit Facility Agreement) corrigido pela variação do câmbio e, do lado do ativo, o banco tem títulos públicos federais do Tesouro Nacional, emitidos em cruzeiros, que dão lastro à dívida externa com grande risco de descasamento entre um e outro", disse ele, explicando que bastará dar baixa tanto no valor do passivo quanto do lado do ativo do BC, no mesmo momento em que a responsabilidade da dívida externa passar para o DTN.

Tudo ocorrerá, na verdade, por meio de acordo contábil. O BC tem depósitos em cruzeiros que estão registrados em conta denominada em moeda estrangeira em nome do banco credor, referente aos compromissos do MYDFA. O DTN tem uma dívida com o BC, representada pelos títulos que estão na carteira da autoridade monetária e que precisou emitir para honrar justamente os pagamentos da dívida externa em cruzeiros. Ambas as contas vão desaparecer na medida em que o BC repassa os cruzeiros dos depósitos do MYDFA ao Tesouro que por sua vez quita com

os mesmos cruzeiros os títulos que estão na carteira da autoridade. Sobram os compromissos externos que passam a ser assumidos pelo DTN.

No futuro, o próprio DTN poderá ir ao mercado contratar o câmbio e efetuar diretamente os pagamentos da dívida aos credores externos, sem que isto precise passar pelo BC.

CONTRATO

Na ponta, com o devedor final — as empresas estatais, governos federal, estaduais e municipais —, o DTN quer amarrar um contrato específico com as mesmas cláusulas negociadas com os bancos credores, de modo a que efetuem o pagamento de seus compromissos externos em cruzeiros nas mesmas condições e prazos previstos nas remessas ao exterior.

Se o devedor final não cumprir com sua obrigação, o DTN vai usar recursos do orçamento para quitar o compromisso diretamente com o exterior, mas terá na mão um instrumen-

to legal para obrigar o mutuário a honrar o pagamento internamente. A relação com os devedores do setor público será mais estreita: depois da dívida externa ser toda centralizada no DTN, os mutuários finais farão os pagamentos ao DTN e não mais ao BC, como vem ocorrendo desde 1983.

Além de tornar mais transparentes as relações entre o BC e o DTN, o processo de transferência da dívida externa para o DTN vai permitir ao governo acompanhar de perto os pagamentos externos a partir do conceito da capacidade fiscal. Afinal, conforme lembrou Manoel, o DTN é que dispõe dos recursos orçamentários para honrar o aval de uma dívida externa que foi contratada com garantia da União. Livre da dívida externa "o Banco Central terá avançado para se tornar realmente independente e cumprir as funções de uma autoridade monetária clássica", disse o diretor-adjunto do DTN.